



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVIII PALMAS, TERÇA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2018.

Nº 2581



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Mauro Carlesse (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (PSC)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (PMDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Rocha Miranda
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/2018.

Acrescenta Seção III ao Capítulo I-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, nos termos do Regimento Interno, aprova e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O Capítulo I - A ao Título II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (Resolução Legislativa nº 201, de 18 de setembro de 1997) passa a vigorar acrescido com a seguinte redação:

"Seção III

Da Procuradoria Da Mulher

Art. 34-F A Procuradoria da Mulher terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da população feminina estadual, buscando tornar a Assembleia Legislativa um centro de debate das questões relacionadas à igualdade de gênero e aos direitos relativo às mulheres.

Art. 34-G A Procuradoria da Mulher será constituída de 1 (um) representante dentre os Parlamentares, eleito em 10 (dez) dias após a eleição da Mesa Diretora, observando-se, quanto à forma eleição, ao tempo de mandato e à recondução, a forma prevista na Seção II, do Capítulo III, do Título I, deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Se vagar o cargo de Procuradora da Mulher, proceder-se-á à nova eleição, conforme disposição do art. 16 deste Regimento Interno.

Art. 34-H "Compete à Procuradoria da Mulher, além de zelar pela participação das Deputadas nos órgãos e nas atividades da Assembleia Legislativa:

I - zelar pela defesa dos direitos da mulher;

II - incentivar a participação das Parlamentares em suas ações e participações nos trabalhos legislativos e na administração da Assembleia Legislativa;

III - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher;

IV - sugerir, fiscalizar e acompanhar a execução de programa do Governo Estadual que vise à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito regional ou nacional;

V - cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;

VI - promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher; e

VII - auxiliar as Comissões da Assembleia na discussão de proposições que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família."

Art.2º A Mesa Diretora adotará as providências administrativas, orçamentárias e financeiras, especialmente de recursos humanos e de logística necessárias para que a Procuradoria da Mulher cumpra suas atribuições regimentais e legais.

Art. 3º Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A criação da Procuradoria da Mulher é um marco no Poder Legislativo Estadual. Apesar de as mulheres terem conquistado espaço em muitas áreas, a cena política continua predominantemente masculina. Essa iniciativa busca primordialmente garantir maior representatividade, visibilidade e destaque às mulheres na política. Além disso, pretende combater a violência e a discriminação contra as mulheres em nossa sociedade, qualificar os debates de gênero nos Parlamentos e receber e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e anseios da população.

De acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em 2015, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens: 48,52% da população brasileira é composta por homens e 51,48% por mulheres, e formam, também, a maior parte do eleitorado: 52%, conforme levantamento feito, em 2014, pelo Tribunal Superior eleitoral. Em números absolutos, isso significa que, das 142,8 milhões de pessoas habilitadas a votar no Brasil, 74,4 milhões são mulheres. Além disso, dados da Pesquisa Nacional por Domicílio de 2012, mostram que elas estudam mais, são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho. São as principais responsáveis pela manutenção financeira de 38% das famílias brasileiras.

A criação de uma Procuradoria da Mulheres tem o objetivo de ser um instrumento de organização, participação e luta das mulheres, para construção de alternativas e ações que invertam esse quadro e contribuam para a superação das desigualdades de gênero e o empoderamento das mulheres.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher, estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher, receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher, promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher e auxiliar as comissões da Assembleia na discussão de proposições que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família.

É preciso destacar, também, a importância da representatividade feminina na política nacional, pois só seremos um país com uma representação que condiga com a realidade da nossa sociedade se investirmos nas políticas de gênero e no fortalecimento dos papéis do Legislativo de debater, legislar e fiscalizar.

Diante de todo o exposto, merece aprovação o Projeto de Resolução que acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins acerca da Procuradoria da Mulher.

Sala das Sessões, em 6 de março de 2018.

LUANARIBEIRO

Deputada Estadual

Atas das Comissões

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Quinta Reunião Extraordinária

20 de dezembro de 2017

Às quinze horas e dois minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, José Bonifácio, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Zé Roberto e da Senhora Deputada Luana Ribeiro. O Senhor Presidente, Deputado Eli Borges, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Eli Borges devolveu o Processo número 337/2017, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - Refis e adota outras providências”. O Deputado Olyntho Neto devolveu o Processo número 331/2016, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 3.072, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Programa "TO Legal", e adota outras providências”. O Deputado Zé Roberto devolveu os Processos números: 208/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar, às famílias contempladas no "Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia", unidades habitacionais edificadas no lote de terras que especifica, e adota outra providência”; 273/2017, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “torna obrigatória a divulgação oficial da lista dos inscritos nos programas habitacionais no Estado do Tocantins; e 339/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à União, em favor do Ministério da Saúde, a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”. O Deputado José Bonifácio devolveu os Processos números: 319/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - Sinstec, a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”; 335/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”; e 332/2016, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o contencioso administrativo-tributário e os procedimentos administrativos-tributários, e adota outras providências”, o qual estava com vista, com parecer de vista. O Deputado Valdemar Júnior devolveu o Processo número 245/2017, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “dá nova denominação ao Colégio Estadual Dom Pedro I, na cidade de Novo Acordo, Estado do Tocantins e adota outras providências” e, também o Processo número 321/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Centro Comunitário Esperança a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, relatado pelo Deputado Elenil da Penha. A Deputada Luana Ribeiro devolveu o Processo número 313/2017, de autoria do Governador do Estado, que “prorroga a vigência da Lei nº 3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e

estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil, e adota outras providências”. Na Ordem do Dia, após leitura dos respectivos pareceres, os Processos números: 331/2016, 332/2016, 208/2017, 245/2017, 313/2017, 319/2017, 321/2017, 335/2017, 337/2017 e 339/2017 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que o Processo número 313/2017 foi aprovado com o parecer da relatora, sendo rejeitada a emenda modificativa apresentada pelo Deputado Eduardo Siqueira Campos, com votos contrários dos Deputados Zé Roberto, Cleiton Cardoso e Valdemar Júnior; o Processo número 332/2016 foi aprovado com o parecer de vista apresentado pelo Deputado José Bonifácio; e o Processo número 337/2017 foi aprovado com emenda aditiva e emenda supressiva apresentadas pelos Deputados Eli Borges e Valdemar Júnior; e emenda supressiva apresentada pelo Deputado Eli Borges. Após conceder vista, pelo prazo regimental, do Processo número 273/2017 ao Deputado Valdemar Júnior, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Sexta Reunião Extraordinária

20 de dezembro de 2017

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, José Bonifácio, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. O Senhor Presidente, Deputado Eli Borges, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Elenil da Penha devolveu o Processo número 311/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”. O Deputado Cleiton Cardoso devolveu os Processos números: 266/2017, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea "f" do inciso I do art. 2º da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002 e adota outras providências”; 312/2017, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “dispõe sobre a alteração do nome do Município de “Fortaleza do Tabocão” para “Tabocão” e dá outras providências; e 336/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 3.081, de 14 de abril de 2016, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal - CEF”. Na Ordem do Dia, após leitura dos respectivos pareceres, os Processos números: 311/2017, 312/2017, 313/2017 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que o Processo número 311/2017 foi aprovado com o parecer do relator, Deputado Elenil da Penha e a emenda modificativa apresentada Deputado Olyntho Neto. Após conceder vista, pelo prazo regimental, do Processo número 266/2017 à Deputada Valdevez Castelo Branco, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 342/2018

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO o Decreto Administrativo nº 206, de 21 de fevereiro de 2018.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de março de 2018.

Deputado MAURO CARLESSE
Presidente

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO na forma PRESENCIAL Nº 005/2018.

PROCESSO: 00196/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços continuados de Limpeza, Conservação, Jardinagem, Manutenção Predial, Dedetização, Portaria, Recepção, Ascensorista, Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento de materiais, produtos, máquinas e equipamentos, a serem prestados nas dependências internas e externas da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, na cidade de Palmas.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/2002

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL- AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D’Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

DATA DE ABERTURA: 2 de abril de 2018.

HORÁRIO: 9h (nove horas). Horário local de Palmas - TO

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fone: (63) 3212-5121.

Edital disponível gratuitamente na página oficial da AL/TO: www.al.to.leg.br, ícone “licitações”.

E-MAIL: cpl@al.to.leg.br

Palmas, 16 de março de 2018.

RODRIGO ASSUMPTÃO VARGAS
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO na forma PRESENCIAL Nº 006/2018.

PROCESSO: 00205/2017

OBJETO: Locação de uma Estação de Radiodifusão (Televisão analógica ou digital), inserida no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF/UHF (PBTv), ou no Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão (PBRTv), ou Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD) da cidade de Araguaína (Tocantins), com a finalidade de atender ao processo de expansão do sinal da TV Assembleia.

TIPO: MENOR PREÇO

LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/2002

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL- AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D’Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

DATA DE ABERTURA: 03 de abril de 2018.

HORÁRIO: 9h (nove horas). Horário local de Palmas - TO

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fone: (63) 3212-5121.

Edital disponível gratuitamente na página oficial da AL/TO: www.al.to.leg.br, ícone “licitações”.

E-MAIL: cpl@al.to.leg.br

Palmas, 16 de março de 2018.

RODRIGO ASSUMPTÃO VARGAS
Pregoeiro

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

| | |
|---------------------------------------|------------------------------|
| Amália Santana (PT - Licenciada) | Mauro Carlesse (PHS) |
| Amélio Cayres (SD) | Nilton Franco (PMDB) |
| Cleiton Cardoso (PSL) | Olyntho Neto (PSDB) |
| Eduardo do Dertins (PPS) | Osires Damaso (PSC) |
| Eduardo Siqueira Campos (DEM) | Paulo Mourão (PT) |
| Elenil da Penha (PMDB) | Ricardo Ayres (PSB) |
| Eli Borges (PROS) | Rocha Miranda (PMDB) |
| Ivory de Lira (PPL – Suplente) | Toinho Andrade (PSD) |
| Jorge Frederico (PSC) | Valdemar Júnior (PMDB) |
| José Bonifácio (PR) | Valderez Castelo Branco (PP) |
| Júnior Evangelista (PSC - Licenciado) | Vilmar de Oliveira (SD) |
| Luana Ribeiro (PDT) | Wanderlei Barbosa (SD) |
| | Zé Roberto (PT) |